

CONSUMO CONSCIENTE: O PAPEL CONTRIBUTIVO DA EDUCAÇÃO

CONSCIOUS CONSUMPTION: THE CONTRIBUTORY ROLE OF EDUCATION

Minelle Enéas da Silva

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Mestrando em Administração
Endereço profissional: UFPE, Departamento de Ciências Administrativas.
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Universitário
50670-901 – Recife – PE. Telefone: (81) 21268368 Fax: (81) 21268870
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=k4217094p7>
Email: minele.adm@gmail.com

Carla Regina Pasa Gómez

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina
Endereço profissional: UFPE, Departamento de Ciências Administrativas.
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Universitário
50670-901 – Recife – PE. Telefone: (81) 21268368 Fax: (81) 21268870
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4708986Z0>
Email: carlapasa@hotmail.com

Data de submissão: 20 Out. 2010. **Data de aprovação:** 15 Dez. 2010. **Sistema de avaliação:** Double blind review. Centro Universitário UNA. Prof. Dr. Mário Teixeira Reis Neto, Prof^a. Dra. Wanyr Romero Ferreira

Resumo

Continuamente percebe-se o reflexo social que a construção educacional gera para com o desenvolvimento da sociedade. O conceito de consumo consciente surgiu como uma nova perspectiva para a prática de consumo, voltada para o indivíduo, na busca pelo alcance da sustentabilidade mundial. O presente ensaio procura discutir como a prática educacional, por meio da educação ambiental, pode auxiliar para uma nova visão individual junto às questões do consumo consciente, ao apresentar pelo relacionamento de constructos complexos, aspectos relevantes para uma maior prática educacional rumo ao desenvolvimento sustentável. O estudo mostra que tornar-se consciente não quer dizer deixar de consumir, mas sim equilibrar a quantidade que se consome. Evitar gastar recursos excessivamente, buscar comprar de organizações que possuam uma preocupação com a sustentabilidade, enfim, encontrar alternativas passíveis de alterar a atual situação com a qual a sociedade se depara. A situação pode começar a ser modificada no processo de educação da geração que ainda está em fase de compreensão do que deve ser feito. Intensificar nas escolas a prática da educação ambiental, como disciplina transversal em todas as áreas estudadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Consumo Consciente; Educação Ambiental.

Abstract

Continually perceives the social reflex that leads to the building with the educational development of society. The concept of conscious consumption has emerged as a new perspective to the practice of consumer-oriented individual, in the quest for achieving sustainability worldwide. This essay discusses how educational practice, through environmental education, can assist individual to a new vision with the issues of conscious consumption, by presenting the relationship of constructs complex aspects to greater educational practices towards sustainable development. The study shows that becoming conscious does not mean quitting, but to balance the amount that is consumed. Avoid spending excessive resources; seek to buy from organizations that have a concern about sustainability, finally, finding alternatives that could change the current situation with which society faces. The situation may begin to be altered in the process of education of the generation that is still in the process of understanding what should be done. Enhance the practice in schools of environmental education as a discipline across all areas studied,

Keywords: Sustainable Development, Conscious consumption, Environmental Education.

1. Introdução

A percepção mundial, quanto ao atual modelo de desenvolvimento desenvolvimentista, vem, ao longo dos anos, sendo reestruturada e redirecionada para a realização de novas práticas sociais, que buscam modificar a necessidade individualista da população, para uma atitude mais coletiva, preocupada com questões pertinentes a todos. Considerando as constantes mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais, torna-se cada vez mais relevante observar as prioridades e disponibilidades existentes em cada uma dessas áreas na busca por mudanças consideráveis.

Tal mudança de percepção indica que, pelo fato da individualidade humana refletir a necessidade de mudança no pensamento até então apregoado, o capitalista, questões que envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável buscam minimizar as consequências inerentes à prática indiscriminada de exploração, com o intuito constante de se alcançar uma “melhor” qualidade de vida para a população mundial, que pode ser efetivada modificando-se os padrões de consumo e os estilos de vida praticados (SILVA; CORRÊA; AGUIAR, 2010).

Ao longo dos anos, discute-se a definição do conceito de desenvolvimento sustentável, buscando por sua disseminá-lo por toda sociedade. Atualmente, o conceito mais completo e que exprime de forma ampla as intenções que esse novo modelo desenvolvimentista almeja foi criado pelo Relatório Nosso Futuro Comum (1987) e refere-se ao atendimento das necessidades da atual geração sem comprometimento dos anseios das gerações futuras (VAN BELLEN, 2002). Todavia, continuamente, verifica-se que torna-se cada vez mais necessária uma reflexão sobre a operacionalização desse conceito. Desse modo, questiona-se: como suprir as necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações com a atual forma de economia? Por que nenhuma ação é realizada na busca pela sustentabilidade? Esses e outros questionamentos podem refletir diversos pontos de vista.

Não se deve idealizar apenas a mudança no posicionamento do governo, mudança de comportamentos organizacionais de empresas e organizações do terceiro setor para com

essas práticas, no sentido de alcance de objetivos positivos para toda a população. Ao contrário, cada indivíduo deve começar a redirecionar seu posicionamento dentro do contexto no qual se encontra, para que o desenvolvimento sustentável torne-se possível. Aspectos pontuais como: a redução no consumo de produtos com prejuízos socioambientais visíveis, uma pressão pela produção de produtos sustentáveis, bem como a punição para empresas insustentáveis por meio do boicote aos seus produtos, simbolizam uma mudança de atitude não só individual como coletiva, a qual se dá o nome de Consumo Consciente.

Essa nova forma de consumir, esse novo perfil de cidadão demonstra o papel que cada indivíduo tem na busca pelo desenvolvimento, com continuidade e durabilidade. Além disso, apresenta ainda preocupações no ato de consumir que vão além do individual para um patamar de maior consciência social (SANTOS *et al.*, 2008). Porém, para que se possa despertar para essa realidade emergente, algumas características podem ser observadas pela sua influência na tomada de iniciativa do indivíduo, dentre as quais: o estilo de vida adotado, a cultura na qual se está inserido, os padrões de renda aos quais o indivíduo e sua família estão submetidos, bem como a educação fornecida.

A questão educacional torna-se fundamental para a criação de um novo pensamento, que englobe a possibilidade de mudança (SILVA; CORRÊA; AGUIAR, 2010), de modo que esse aspecto deve estar alinhado com práticas e projetos educacionais desenvolvidos pelo governo, bem como por ações empresariais, não apenas no sentido de filantropia social, mas alinhado a práticas de responsabilidade social ao seu público interno e externo. Tal aspecto apresenta-se corroborado por Dias (2003), uma vez que, segundo o autor, faz-se necessária a existência de um processo mais completo, que promova na sociedade o desenvolvimento de uma compreensão mais realista do mundo. E é nesse contexto que surge a perspectiva da educação ambiental.

Componente essencial para a educação de um país, a educação ambiental é aquela que visa a sensibilizar e, de certa maneira, mobilizar a população junto a uma nova forma de desenvolvimento, qual seja: o sustentável. Para tanto, o presente estudo tem por objetivo discutir como a educação ambiental pode auxiliar no desenvolvimento de uma nova visão individual junto às questões do consumo consciente, de modo que se observem as questões mais pontuais que podem ser desenvolvidas nas diferentes áreas de atuação dos diversos atores (governo, empresa e sociedade). Assim, torna-se relevante reconhecer e interrelacionar os constructos envolvidos, no sentido de gerar um melhor entendimento da proposta abordada.

2. Desenvolvimento Sustentável: de quem é o papel para seu alcance?

Nos últimos tempos, tem-se tornado perceptível que o crescimento econômico, a evolução tecnológica, a busca por uma melhoria na qualidade de vida, bem como as modificações realizadas nas necessidades humanas vêm gerando uma grande pressão sobre o meio ambiente. Esse fato demonstra que existem peculiaridades a serem consideradas, haja vista que os recursos naturais possuem suas limitações e direcionam a necessidade de um novo pensar coletivo em relação a um desenvolvimento contínuo da atividade humana, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

O entendimento da complexidade que essa temática apresenta é de suma importância, uma vez que a mesma sugere a necessidade de modificação no estilo de vida da população mundial rumo a um ambiente favorável, não apenas focando o crescer por crescer, mas levando em consideração a necessidade de um crescimento direcionado para a durabilidade ou a sustentação da atividade humana dentro de um contexto “igualitário” para toda sociedade (SILVA, 2009).

Uma das mais elaboradas definições para desenvolvimento sustentável surgiu do Relatório de *Brundtland* (1987), que conforme a ótica de Dias (2008), é tido como um procedimento de alteração, por meio do qual ações como a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento ecológico e a transformação institucional adaptam-se e animam o potencial presente e futuro, a fim de respeitar às necessidades e aspirações humanas.

Outro conceito na visão de algumas ONGs - Organizações Não Governamentais, como também para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento (PNUMA e PNUD), citado por Van Bellen (2002, p.11), é que “o desenvolvimento sustentável consiste na modificação da biosfera e na aplicação de seus recursos para atender às necessidades humanas e aumentar a qualidade de vida”.

Em suma, pode-se dizer que se refere ao atendimento das necessidades das gerações atuais, levando em consideração a satisfação das necessidades futuras. A literatura apresenta uma vasta gama de autores que trabalham com o tema, todavia existe um ponto em comum entre todos, em relação aos critérios fundamentais para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Observa-se que é necessário manter concomitantemente a equidade social, o crescimento econômico e a preservação ecológica (ambiental).

Ao longo das últimas décadas, intensificaram-se as discussões sobre como modificar essa tendência negativa à qual o mundo está direcionado. Dessa forma, pode-se levantar questionamentos sobre a melhor maneira de se alcançar a harmonia entre esses critérios fundamentais da sustentabilidade: quem são os responsáveis pela atual situação mundial? Apenas os gestores públicos? Será que as organizações (com ou sem finalidades lucrativas) são as principais responsáveis? Ou será que cada indivíduo tem papel fundamental nesse processo de reestruturação rumo a um desenvolvimento sustentável mundial?

Apesar de se apresentar como uma questão ampla para a qual, normalmente, direciona-se toda a responsabilidade ao Estado (possuidor de um grande papel nesse sentido), é notável a necessidade de que toda a sociedade envolva-se focada em harmonizar as dimensões básicas do desenvolvimento sustentável no sentido de que se consiga usufruir os recursos necessários da melhor maneira possível para o atendimento da geração atual, sem comprometer a perpetuação humana. Tal fato é citado por Buarque (2008) como a solidariedade intrageracional e intergeracional, respectivamente.

Desse modo, na busca pela manutenção dessa solidariedade, fato essencial para a sustentabilidade, percebe-se que, além do Estado, cada empresa, organização do terceiro setor e indivíduo deve tornar-se consciente de seu papel no alcance do desenvolvimento sustentável, uma vez que a mudança na forma de atuação posta em prática é o ponto de partida inicial para que se consiga atingir a meta coletiva da população. O Estado, sucintamente, apresenta o papel de regulador e fiscalizador das atividades gerais no sentido de melhor organizar a sociedade. Tal aspecto envolve um maior empenho público, já que o mesmo deve ter a percepção de que, a longo prazo, suas ações refletirão num desenvolvimento benéfico para a coletividade mundial.

Para as organizações com finalidades lucrativas, a sua atuação está condicionada na busca pela harmonização no caráter de atuação e na abrangência na realização de suas atividades (BORGES, 2006). Fato este que pode ser dado pela equivalência das dimensões básicas do desenvolvimento sustentável ao conceito de sustentabilidade em organizações (BARBIERI e CAJAZEIRA, 2009). Práticas mais coletivas demonstram o caráter socialmente responsável de uma empresa junto à população local. No terceiro setor, pelo seu papel contributivo em relação à solução de problemas sociais e em prol do bem comum (OAB,

2005), a sustentabilidade também está condicionada a essa harmonização das dimensões da sustentabilidade, todavia adaptada ao caráter não lucrativo do setor, portanto o posicionamento dessas organizações de maneira duradoura pode se dar por suas atividades previamente estabelecidas e desenvolvidas continuamente.

Quanto aos indivíduos, em sua singularidade, a responsabilidade está em modificar um estilo de vida populacional e padrões de consumo incompatíveis com a possibilidade de um desenvolvimento sustentável. De certo modo, cada indivíduo tem condições de reestruturar a maneira como age na sociedade, uma vez que possui um poder de influência sobre as ações das demais instituições supracitadas. Para Gomes (2007), a atuação do consumidor no mercado pode ter reflexos positivos ou negativos sobre a economia, o meio ambiente e o comportamento das empresas. Dessa feita, percebe-se que quanto mais informados sobre a melhor maneira de agir, os cidadãos (muitas vezes visualizados apenas como consumidores) assumem um papel de destaque, na busca de objetivos comuns.

Diante dessas características, é importante entender e reconhecer que as ações e atitudes individuais sugerem uma mudança na maneira de visualização global sobre os aspectos pertinentes a esse novo modelo de desenvolvimento. É necessário, assim, reconhecer quais características envolvem essa nova postura do indivíduo como consumidor para que se possa alcançar os objetivos e direcionar-se rumo ao desenvolvimento sustentável. Então a ideia de consumo consciente esta relacionada com as ações responsáveis de cada indivíduo de maneira tal que se consiga desempenhar suas práticas de forma ativa.

3. Consumo Consciente

Ao levar em consideração que toda sociedade é responsável pelo alcance do desenvolvimento sustentável, pode-se dar um maior foco para as questões individuais, visto que uma coletividade é resultado de um conjunto de indivíduos e que, portanto, facilita o alcance de um determinado objetivo. Nas discussões sobre o assunto, a cada evento realizado, seja uma conferência ou um encontro internacional, às vezes, mesmo que de maneira sutil, surgem novas perspectivas quanto às formas de se buscar essa nova forma de desenvolvimento.

Como resultado da conferência mundial Eco-92, uma das mais importantes quanto a essa temática, surgiu a Agenda 21 (1992) como marco das questões pertinentes a sustentabilidade. Esse documento elenca, em seus quarenta capítulos, questões pertinentes para o desenvolvimento sustentável, dentre as quais: mudanças na forma de atuação do governo, das organizações com e sem finalidade lucrativa e da população, na busca por uma “operacionalização” desse desenvolvimento, ao ratificar a necessidade de mudança na forma de pensamento da sociedade.

Sabe-se que para o alcance do desenvolvimento sustentável é necessária a interrelação de alguns atores sociais (governo, empresas e sociedade) nesse sentido, na medida em que inexistente a possibilidade de desenvolvimento sem envolvimento coletivo. Visualizando o indivíduo como o principal responsável pelas transformações necessária, entende-se que o cidadão-consumidor é um dos agentes responsáveis pela sustentabilidade. Por vezes, ele é observado como apenas um participante de um nicho de mercado, todavia é de suma importância que o mesmo seja considerado um corresponsável pela atual situação.

Ao se focar as questões individuais dentro de um contexto mais amplo, percebe-se que a capacidade de escolha de cada indivíduo sugere alternativas para a mudança na forma de atuação junto ao meio ambiente e às questões da sociedade. Entendendo que de forma alguma o consumir pode deixar de ser praticado pela população, na medida em que os recursos se tornem escassos, o consumo consciente efetiva-se ao ser levado em

consideração os impactos provocados pelo consumo, buscando maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos de acordo com os princípios da sustentabilidade (INSTITUTO AKATU, 2002).

Fabi, Lourenço e Silva (2010, p.6) ratificam o conceito do Instituto Akatu ao indicar que o consumo consciente pode ser considerado como “o ato ou decisão de compra ou uso de serviços, de bens industriais ou naturais, praticado por um indivíduo, levando em conta o equilíbrio entre satisfação pessoal, as possibilidades ambientais e os efeitos sociais de sua decisão”. Surge, desse modo, o envolvimento do consumidor como ator cidadão na sociedade, ao perceber sua responsabilidade – por meio do consumo socialmente responsável tido como equivalente ao consumo consciente (VIEIRA, 2010).

Nesse sentido, como forma de prevenir o colapso da civilização humana, a mudança no padrão de consumo dominante e o emergir desse novo padrão, mais consciente, indica uma alternativa para a mudança na maneira como se visualiza essa nova situação, direcionando-se do consumismo para uma prática de consumo mais responsável (ASSADOURIAN, 2010). Desse modo, compreendendo essa nova prática, como uma relação de mutualidade, uma nova forma de atuação em todas as esferas, para Furriela (2001), “depende da conscientização dos indivíduos da importância de se tornarem consumidores responsáveis”.

Na compreensão ampla da maneira como cada indivíduo deve atuar em relação à questão do consumo consciente, torna-se necessário considerar características tais como: a cultura na qual essa sociedade do consumo está envolvida, o estilo de vida adotado, o poder aquisitivo da população, as questões éticas assumidas por cada um, bem como a educação à qual essa sociedade está sujeita para obter uma percepção sistemática da necessidade de se tornar mais consciente.

Cada um desses aspectos deve ser direcionado para que o consumo seja considerado mais sustentável na medida em que harmonize suas características rumo ao desenvolvimento sustentável. Diante da dinâmica na qual a sociedade do consumo atualmente vive, com uma grande oferta de produto, bem como o desordenado incentivo pelo consumir, faz-se necessário estudar cada uma dessas características de forma distinta no sentido de um melhor entendimento da temática.

Desse modo, como maneira de adentrar nessa nova forma de pensar do indivíduo, o presente estudo foca como a educação, tida como uma perspectiva mais ampla, pode facilitar o entendimento desse indivíduo quanto a sua posição na sociedade, buscando apresentar as alternativas que a mesma oferece no desenvolvimento de um cidadão-consumidor consciente. Assim, essas práticas educacionais devem ser desenvolvidas como forma efetiva na busca pela mudança na percepção de cada indivíduo.

4. Educação para o consumo

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trata a educação como um direito de todos que deve visar ao desenvolvimento pleno da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. De forma complementar, em 1996, a Lei nº 9394, que trata de questões pertinentes à educação no Brasil, indica que a mesma abrange processos formativos que podem se desenvolver por meio de diversas instâncias como convivência humana, instituições de ensino e pesquisa e manifestações culturais. Por sua vez, Gadotti (2000) mostra estar alinhado com essa visão legislativa, mas vai além ao versar sobre o assunto. Faz uma análise sobre as diferenças educacionais e afirma que o desenvolvimento individual é o processo que permeia tanto a educação tradicional como a nova concepção, mas que o deslocamento do enfoque individual para o social, político e ideológico na nova perspectiva é marcante.

Assim sendo, demonstra ter caráter sistêmico, o que tende a contribuir para o desenvolvimento integrado. No entanto, mostra-se como um processo complexo e abrangente, por envolver uma grande quantidade de variáveis que devem ser conciliadas ou consideradas e por possuir inúmeras maneiras e áreas a explorar (TOZOTNI-REIS, 2004). Justamente por ser ampla e por se apresentar em várias dimensões, pode ser desdobrada em vários campos que proporcionam maior ou menor destaque para diversos assuntos. Para este estudo, optou-se por considerar como relevante a abordagem da educação ambiental (EA), por possuir íntima ligação tanto com o desenvolvimento sustentável quanto com a ecopedagogia.

Segundo Carvalho (2000, p. 53), “o surgimento de práticas sociais e pedagógicas em torno da questão ambiental como objeto de interesse público resulta de uma construção recente” e pode ser ratificada através da análise histórica e da identificação dos principais propulsores da educação ambiental. Essa vertente educacional começou a se desenvolver após o aparecimento de problemas relacionados ao crescimento econômico e populacional e pela necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns para nortear a preservação e a melhoria do ambiente. Dentre os marcos fundamentais para sua origem e desenvolvimento, pode-se destacar as conferências de Estocolmo e de Tbilisi.

Na primeira, datada de 1972, reconhece-se a EA como elemento crítico no combate à crise ambiental, possivelmente pela possibilidade de conscientização, mudança de valores e atitudes da sociedade. No entanto, foram cinco anos após essa conferência que aconteceu o evento internacional mais importante para a área, trata-se da Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, sediada em Tbilisi. Em seu documento final, foram expressos conceitos e definidos procedimentos e diretrizes para a EA, além disso, esse evento foi o ponto de partida de um programa internacional sobre o assunto que definiu objetivos, características e estratégias pertinentes nacional e internacionalmente (GUIMARÃES, 1995; DIAS, 2003).

No Brasil, a Educação Ambiental pode ser entendida, segundo a Lei nº 9.795/99 referente à política nacional de educação ambiental, como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Isso porque possui como objetivo a busca por um novo modo de pensar, no qual o indivíduo reconhece-se como cidadão capaz de alimentar a ideia da solidariedade, da igualdade e do respeito à diferença dentro do contexto de desenvolvimento (JACOBI, 2005).

Percebe-se a característica disseminadora que a educação ambiental pode trazer para a temática, fato este de suma importância na busca por uma mudança na forma de pensamento e consciência da sociedade. Ainda, segundo a política nacional de educação ambiental, essa prática educativa deve ser integradora, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, não se excluindo a necessidade de uma educação ambiental não-formal desenvolvida por todos os participantes de uma sociedade.

Todavia Abreu (2000) indica que apesar de ter recebido uma massificação quanto a sua existência na ECO-92, o verdadeiro significado do que vem a ser educação ambiental ainda está confusa na cabeça de grande parte dos educadores que ainda a confundem com uma simples disciplina de ecologia a ser lecionada. Na verdade, a educação ambiental possui um caráter multidisciplinar o que define sua abordagem transcendente entre as disciplinas existentes, incentivando a busca pela sustentabilidade. Para Dias (2003), por um tempo, a educação ambiental não apresentava força suficiente para interferir na inércia de determinado movimento ou modificar uma determinada trajetória. Fato este que, atualmente,

encontra-se diferenciado, uma vez que segundo Gomes (2007) a educação ambiental na formação de indivíduos com uma nova racionalidade ambiental é capaz de superar a crise global presenciada atualmente.

Segundo a mesma autora, “o consumidor deve ser incentivado a fazer com que o seu ato de consumo seja também um ato de cidadania, ao escolher em que mundo quer viver”. Corroborando com o pensamento, Sirvinskas (1996) afirma que o exercício efetivo da cidadania poderá resolver parte dos grandes problemas mundiais por meio da ética ambiental transmitida pela educação ambiental. Portanto a noção de consumo consciente deve começar a receber um grande destaque nas atividades escolares no sentido de criar uma nova cultura na população, trazendo à tona o papel do cidadão consciente ou do consumidor responsável, pela percepção existente sobre a limitação dos recursos naturais existentes.

A partir dos constructos supracitados, verifica-se a verdadeira possibilidade de reestruturação da população através de uma melhor prática educacional. Desse modo, é de suma importância que cada instituição responsável pela prestação do serviço escolar perceba que fazendo sua parte, no repasse do conhecimento correto na formação de um cidadão, é possível o alcance efetivo do desenvolvimento sustentável. Como se pode verificar no esquema a seguir, existem uma evolução e um maior envolvimento dos indivíduos com a temática a partir do reconhecimento e do recebimento de informações direcionadas ao alcance do desenvolvimento sustentável.

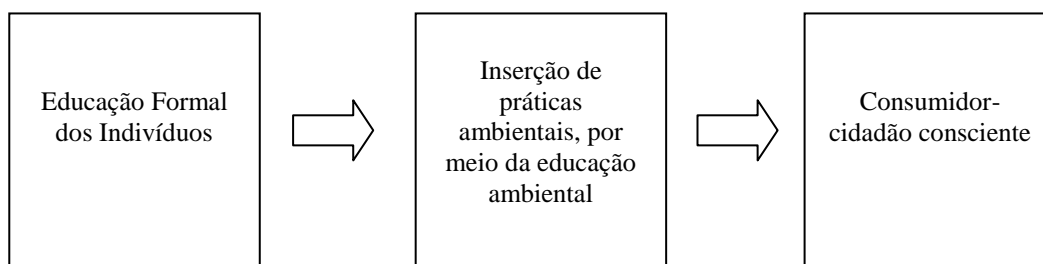


Figura 01: Esquemática da educação como meio para a conscientização
Fonte: Silva, Corrêa e Aguiar (2010)

A partir dessa idéia, percebe-se que com a inserção de práticas educacionais direcionadas para uma maior politização do indivíduo, agora mais ciente de seu papel como corresponsável para o alcance do desenvolvimento sustentável, torna-se possível a efetivação de um consumidor que busca por meio de suas ações auxiliar nas práticas sustentáveis para uma melhor qualidade de vida e convivência da coletividade.

Visualizando essa construção educacional não apenas desempenhada por instituições de ensino nas suas diversas nuances (ensino fundamental, médio e superior), no qual as práticas governamentais, por meio de políticas e programas educacionais facilitam a identificação dessa população como consumidores conscientes, torna-se relevante destacar que a prática do aprendizado social é um dos aspectos que mais interferem nessa mudança de atitudes e comportamentos por parte da população, haja vista que se consideram os pares como os sujeitos facilitadores de uma efetivação de práticas mais responsáveis.

Nessa perspectiva, além dessas ações desenvolvidas pelo ator Governo, a sociedade assume grande importância nesse processo tendo em vista essa troca contínua de informações e experiências. Suas práticas sociais podem ser corroboradas, a partir da mudança de comportamento das organizações com ou sem finalidade lucrativa, que por meio da prática de um comportamento socioambiental empresarial, no qual suas

características, práticas e ações são reestruturadas, torna-se facilitado o alcance e a efetivação do consumo consciente, não somente em seu público interno, como também no público externo, para o qual a organização direciona suas atividades.

Com o entendimento dos diversos papéis e obrigações que os diversos atores sociais possuem, dentre os quais a busca pelo estímulo a uma cidadania social com vistas à busca por um planeta mais coletivo, por meio de ações educacionais, percebe-se clarificada a possibilidade de alcance do desenvolvimento sustentável, na medida em que, a partir da existência de um cidadão-consciente, haverá uma reestruturação na sociedade de modo que haja o efetivo desenvolvimento de práticas governamentais mais ativas, de ações empresariais mais responsáveis, de apoio organizacional do terceiro setor como auxiliador às ações do governo e, por fim, uma melhor atuação individual nessa fase mais coletivizada da sociedade.

5. Considerações Finais

A discussão atual na identificação de como obter um desenvolvimento sustentável, na maioria das vezes, gira em torno de quem possui a responsabilidade para o seu alcance. Como abordado anteriormente, toda a sociedade está encarregada por essa nova forma de desenvolvimento, possuindo o mínimo de responsabilidade. As instituições públicas (governos), as empresas, as organizações do terceiro setor e claro cada pessoa individualmente deve modificar sua forma de atuação para que se possa desenvolver de maneira duradoura. Como conseguir isso? É intrínseco a cada um identificar a melhor maneira para tal fato, mas pelo menos para o indivíduo, o que pode ser o começo da mudança, é a transformação em um consumidor sustentável.

Tornar-se consciente não quer dizer deixar de consumir, mas sim equilibrar a quantidade que se consome. Evitar gastar recursos excessivamente, buscar comprar de organizações que possuam uma preocupação com a sustentabilidade, enfim, encontrar alternativas passíveis de alterar a atual situação com a qual a sociedade se depara. O desenvolvimento sustentável não será posto em prática imediatamente, não se pode imaginar ou indagar sobre os resultados efetivos dessa forma de desenvolvimento. É um processo em longo prazo, no qual a mudança de atitude de cada um mostra-se como aspecto necessário. A geração atual pensante pode não conseguir mudar a forma de agir, porque está arraigado a sua formação essa situação.

A situação pode começar a ser modificada no processo de educação da geração que ainda está em fase de compreensão do que deve ser feito. Intensificar nas escolas a prática da educação ambiental, como disciplina transversal em todas as áreas estudadas, poderá mudar a forma de pensar dessa geração e, por conseguinte, das próximas, já que se tornará uma prática recorrente na sociedade. Como o conceito de desenvolvimento sustentável indica a harmonia entre os três critérios fundamentais: social, ambiental e econômico, a educação ambiental permeia a mudança de atitude do cidadão em torno desses três pilares ao buscar apresentar e sensibilizar os estudantes para essa nova forma de desenvolvimento.

A proposta dessa abordagem educativa assume que o desenvolvimento sustentável, como alternativa para uma nova forma de visualizar as práticas humanas, deve ser encarado como ideologia de ação dos indivíduos, visto que realizando uma análise em um contexto mais amplo, a mesma aproxima-se do período em que se tornará uma realidade. Para que de fato aconteça, deve-se buscar sempre considerar seus princípios fundamentais, quais sejam: equidade social, equilíbrio ambiental e eficiência econômica, compreendendo que dessa maneira haverá um ambiente de convivência humana mais justa e saudável para toda a população.

Desse modo, a partir da visão necessária de reestruturação da construção educacional até então desenvolvida, entende-se que cada um dos atores sociais deve assumir a sua corresponsabilidade na criação de um consumidor cidadão, dentro da perspectiva do consumo consciente, no sentido de buscar efetivar a prática do consumo sustentável, que, segundo Silva (2010), é o padrão de consumo resultante das interações desses três atores sociais, direcionando-se para o desenvolvimento sustentável, no qual modifica-se a cultura de consumo apregoada, assumindo como essencial num primeiro momento a efetivação desse consumo consciente.

Em se observando essas particularidades, apesar de estar contida em contexto ideológico, é possível sim modificar as práticas de consumo atuais, de modo que toda a população possa usufruir dos recursos – de forma comedida –, mas com vistas àquela harmonização que vem sendo defendida pelos interessados e estudiosos da área. Para que essa realidade possa ser modificada, torna-se necessário a realização de trabalhos empíricos que consigam exprimir o panorama atual quanto à temática, de modo que com resultados negativos se possam indicar soluções e com resultados positivos, os mesmos possam ser disseminados.

Referências

- ABREU, Dora. *Sem ela, nada feito: educação ambiental e a ISO-14001*. Salvador: Casa da qualidade, 2000.
- AGENDA 21 – Capítulo 4. *Mudança dos Padrões de Consumo*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992.
- ASSADOURIAN, Erik. Ascensão e queda das culturas de consumo. In: WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável*. Salvador: Uma Ed., 2010
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. *Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BORGER, Fernanda G. Responsabilidade Corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jaques. *Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental*. São Paulo: Senac, 2006. p. 13-40.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Planalto Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jul. 2010.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96. 1996. Ministério da Educação. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: jul. 2010.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Lei nº 9795/99. 1999. Planalto Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: jul. 2010.
- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CARVALHO, Isabel C. M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO *et al.* *Sociedade e Meio Ambiente: A educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIAS, Genebaldo F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental: responsabilidade e Sustentabilidade*. 1. ed, São Paulo: Atlas, 2008.

FABI, Maria J. S.; LOURENÇO, Cléria D. S.; SILVA, Sabrina S. *Consumo Consciente: a atitude do cliente perante o comportamento sócio-ambiental empresarial*. In Anais... IV Encontro de Marketing da ANPAD. Florianópolis: 2010.

FURRIELA, Rachel B. *Educação para o Consumo Sustentável*. Ciclos de Palestras sobre o Meio Ambiente. 2001. Arquivo Capturado da Internet. Acesso em: mar. 2010.

GADOTTI, Moacir. *Saber aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação*. Congresso Internacional Évora, Évora: 2000. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigoslt0043>>. Acesso em: jul. 2010.

GOMES, Daniela V. *A importância do exercício da cidadania na efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*. 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Caxias do Sul, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. São Paulo: Papirus, 1995.

INSTITUTO AKATU PARA O CONSUMO CONSCIENTE. *O que é Consumo Consciente?* 2010. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/consumo_consciente/oque>. Acesso em: jul. 2010.

JACOBI, Pedro. *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. Educação e Sociedade, v. 31, n. 2, p.233-250. São Paulo, 2005.

OAB. *Cartilha Terceiro Setor*. São Paulo: Comissão de Direito do Terceiro Setor, 2005.

SANTOS, Thais C.; LEITE, Ana P. R.; TACCONI, Marli F. F. S.; ALEXANDRE, M. *Movimento do Consumo Consciente: do Cidadão Consumidor ao Consumidor Cidadão?* In Anais... Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG. Salvador, 2008.

SILVA, Minelle E. *Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: A Aplicação Do Pressão-Estado-Impacto-Resposta sobre a Problemática dos Resíduos Sólidos em Campina Grande* – PB. 81 f. Relatório de Pesquisa (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

SILVA, Minelle E. *Consumo Sustentável: Em busca de um constructo*. In Anais... XII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA. São Paulo: FEA-USP, 2010.

SILVA, Minelle E.; CORRÊA, Ana Paula M.; AGUIAR, Edvan C. *Consumo e Sustentabilidade: A perspectiva educacional para o consumo consciente*. In Anais... II Encontro Regional de Tecnologia e Negócios – ERTEN. Serra Talhada: UFRPE, 2010.

SIRVINSKAS, Luís P. *Meio Ambiente e Cidadania*. In: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica. São Paulo: Instituição Toledo de Ensino de Bauru, 1996.

TOZONI-REIS, M. F. de C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2002. 235 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VIEIRA, Diego M. *O consumo socialmente irresponsável*. In Anais... IV Encontro de Marketing da ANPAD. Florianópolis: ANPAD, 2010.

